

OEA julgará Brasil por massacres

Julgamento ocorre quinze dias depois de os Estados Unidos denunciarem em relatório violações dos direitos humanos no país

Pedro Paulo Rezende
Da equipe do Correio

A política nacional de direitos humanos vai para o banco dos réus. Começa depois de amanhã, em Washington, na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), o julgamento da responsabilidade do governo brasileiro nos massacres de Eldorado dos Carajás, no Pará, e Corumbiara, em Rondônia — onde morreram 30 sem-terra e dois policiais. Também será julgado, já em fase final, o caso da Vila São Lucas, em São Paulo, onde 18 presos, submetidos a maus tratos policiais, morreram asfixiados em uma cela.

A advogada Beatriz Galli e os advogados Paulo César de Lara, Elton Raul Ferreira e Carlos Guedes, representando seis organizações nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos, estarão no papel de promotores. A defesa do governo brasileiro estará a cargo do corpo permanente da Representação do Brasil na OEA e dos governos estaduais. Já seguiram para Washington os procuradores de Rondônia, Ivo Scherer, e do Pará, Manoel Santino.

Será a primeira audiência na Comissão de Direitos Humanos da OEA nos casos de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás. Depois de ouvir as posições de promotores e advogados de defesa, os integrantes da comissão irão preparar um relatório, que será apresentado na Confe-

rência Internacional da OEA.

“Se o país for considerado culpado, o relatório será lido na Conferência e o Brasil receberá uma condenação moral”, disse Paulo César, que também é professor de Ciências Políticas na Universidade Federal de Rondônia. “Pode parecer pouco, mas os efeitos são profundos. Organizações internacionais de defesa dos direitos humanos podem promover boicotes a produtos brasileiros ou solicitar sanções econômicas de seus governos contra o Brasil.”

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, por meio de uma assessora, disse que o Brasil está disposto a um acordo com as entidades de direitos humanos nos casos de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás. “Temos a maior preocupação com a imagem brasileira no exterior e a nossa posição é de total respeito aos direitos humanos e do cidadão”, afirmou.

Segundo uma fonte do Ministério da Justiça, já existe um acordo preparado com a ONG *Human's Right Watch* no caso da Vila São Lucas, onde 50 presos foram detidos em uma cela cheia de gás lacrimogêneo, como punição por uma revolta. Dezoito morreram asfixiados.

OS CASOS

Segundo o advogado Paulo César de Lara, as investigações sobre a noite de 9 de agosto de 1995 em Corumbiara, onde morreram 11 e desapareceram dez sem-terra, estão cheias de vícios de apuração e de irregularidades administrati-

Jorge Cardoso 24.04.96



Vítimas de Eldorado dos Carajás: com metralhadoras e outras armas pesadas, 156 PMs dispersaram a multidão a tiros. O saldo foi de 19 sem-terra mortos

vas. Os policiais que participaram da ação continuam em serviço ativo. O governador de Rondônia, Waldir Raupp, sequer dispensou o secretário de Segurança, Vanderley Mozini, que coordenou a operação de desocupação da Fazenda Santa Elina.

Na operação, 200 soldados da PM, inclusive do Batalhão de Choque, cercaram o acampamento dos sem-terra. Segundo Paulo César,

eles entraram atirando, “matando, inclusive, uma menina de sete anos, Vanessa dos Santos Silva, que estava no colo da mãe”. Um líder do movimento, Sérgio Rodrigues Gomes, foi visto pela última vez, com vida, ao ser posto em um carro da PM. Apareceu morto boiando em um rio, uma semana depois.

O bispo de Porto Velho, dom Geraldo Verdier, colheu restos de ossos que encontrou em uma foguei-

ra. Entregou parte para o governador Waldir Raupp e enviou o restante para a Universidade de Paris. O governo de Rondônia encaminhou os achados para a Unicamp. O laudo emitido pelo perito Badan Palhares concluiu que eram restos mortais de um boi. A Universidade de Paris emitiu um laudo diverso, ao analisar as amostras: eram ossos humanos.

A Justiça de Rondônia está pro-

cessando o bispo de Porto Velho por ter encaminhado prova judicial para o exterior.

A TV filmou o ataque da PM do Pará contra centenas de trabalhadores rurais que ocupavam uma estrada em Eldorado dos Carajás. Armados de metralhadoras e outras armas pesadas, 156 PMs dispersaram a multidão, onde havia mulheres e crianças, a tiros. No final, 19 sem-terra estavam mortos.